

## **Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais<sup>1</sup>**

Levi Marques Pereira<sup>2</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados

### Resumo:

O artigo procura identificar e descrever algumas modalidades de assentamento dos Kaiowá atuais. Essas modalidades são de desenvolvimento recente, sendo possível defini-las como respostas adaptativas das populações kaiowá às profundas transformações históricas e econômicas por que passou Mato Grosso do Sul. Isto porque, a partir da chegada das frentes de ocupação agropastoris, muitas comunidades kaiowá perderam a terra onde radicavam suas aldeias, situação que alterou profundamente as formas de manejo do ambiente e de apropriação dos recursos nele existentes. Alteraram-se também as formas organizacionais, e várias estratégias são colocadas em prática para assegurar o acesso aos recursos necessários à produção da existência material e ao provimento de elementos da cultura material associados a categorias de representação do grupo étnico em questão.

Palavras chaves: Kaiowá - modalidades de assentamento - configurações sociais kaiowá.

### Abstract:

This article attempts to identify and describe modalities of settlement of the Kaiowa. These modalities are of recent origin, and it is possible to define them as adaptive responses of this population to the profound historical and economic transformations the Brazilian state of Mato Grosso do Sul is undergoing. The expropriation of land by agricultural and animal-

---

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado a partir de dados colhidos em projetos de pesquisa financiados pelo Fundect e pelo CNPq.

<sup>2</sup> Professor na UFGD, mestre em antropologia social pela UNICAMP e doutor em antropologia pela USP.

husbandry occupation fronts has profoundly altered the forms of environmental management and the appropriation of existing resources. Forms of organization have also been altered and various strategies are being put into practice to secure access to resources necessary for the production of material existence and the offer of elements of material culture associated with representational categories of the ethnic group in question.

Key words: Kaiowa - Kaiowa settlements - Kaiowa social configurations.

## Introdução

Nas últimas cinco décadas, as populações kaiowá vêm passando por intensas e significativas transformações nas formas de constituição de seus assentamentos<sup>3</sup>. O presente texto procura caracterizar algumas dessas modalidades, identificando as formas organizacionais a elas associadas.

A análise se baseia em diversas pesquisas de campo realizadas desde 1997, reunindo dados sobre diversas comunidades. No plano teórico, procuro incorporar os conceitos de figuração e formação social formulados por Norbert ELIAS (1990 e 2001). As possibilidades de aplicação desses conceitos para a pesquisa etnográfica estão sendo discutidas em um livro, ainda em preparação, em que discorro sobre a organização social e os processos de construção da etnicidade terena. Com respeito à bibliografia guarani, discuto mais diretamente com o conceito de *confinamento*<sup>4</sup> proposto por BRAND (1993 e 1997), propondo aqui apreender as reservas como *áreas de acomodação*, onde se instituem

---

<sup>3</sup> A discussão sobre modalidades de assentamento é mais comum na arqueologia e em estudos de ecologia cultural. O presente artigo se restringe a uma abordagem histórica e, principalmente, antropológica, com ênfase na organização social.

<sup>4</sup> Já na publicação original de *Aspectos da Cultura Guarani*, datada de 1962, Schaden utiliza a idéia de confinamento, quando afirma que os Guarani “já não ocupam áreas extensas e concretas, mas estão confinados a pequenas reservas ou aldeias sob proteção ou mesmo administração oficial” (Schaden 1974: 10), mas foi Brand quem desenvolveu o conceito na forma como ele tem sido utilizado atualmente.

espaços sociais que estão na base da geração de novas características nas figurações sociais kaiowá.

Como a população kaiowá não se conformou em sua totalidade à situação de reserva, identifiquei algumas modalidades de assentamento que não estão diretamente associadas a esses espaços físicos, reconhecidos como terras indígenas. Assim, além das reservas descrevo: a) os espaços sociais dos acampamentos mobilizados para a retomada de terras consideradas pelos Kaiowá como de ocupação tradicional; b) as populações que vivem em periferias de cidades; e c) as populações de “corredor”<sup>5</sup>, caracterizadas por famílias isoladas e mesmo comunidades que nos últimos anos passaram a residir em caráter relativamente permanente nas margens de rodovias e estradas vicinais. Antes de focar mais diretamente as modalidades de assentamento, farei uma breve caracterização histórica sobre as transformações que atingiram o território de ocupação tradicional kaiowá.

### **Breve caracterização histórica do território de ocupação tradicional kaiowá**

No período anterior à ocupação agropastoril, os Kaiowá ocupavam uma faixa de terras de mais de 100 quilômetros de cada lado da fronteira do Brasil com o Paraguai, tendo como divisa o rio Apa ao norte e o rio Paraná ao sul. Era nessa vasta região, que do lado brasileiro correspondia a grande parte da serra de Maracaju, que a população kaiowá radicava suas parentelas, cujas aglomerações formavam as aldeias, por eles denominadas de *tekoha*. O *tekoha* tinha tamanho variável, dependendo do número de parentelas que reunia, pois cada parentela dispunha de uma porção de terra de uso exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e rituais. Era comum que os *Tekoha* também estivessem inseridos em redes de alianças mais amplas, de caráter político e, principalmente, religioso.

O processo de transformação nas modalidades de assentamento kaiowá se inicia com o fim da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870). A partir dessa data, os locais onde tradicionalmente radicavam suas aldeias, no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, foram gradativamente atingidos pelas frentes de expansão pastoril e

---

<sup>5</sup> Descrevi a situação das populações de corredor em artigo publicado na revista *Tellus* – UCDB- Campo Grande, MS 2006.

agrícola. Entretanto, a ocupação efetiva da maioria das terras aconteceu a partir da década de 1940, pois até esse período a pressão sobre as áreas ocupadas por comunidades kaiowá era rarefeita e localizada em alguns pontos esparsos do território. A ocupação agropastoril em MS é bem descrita por historiadores e antropólogos que vêm se dedicando ao estudo dessas populações, tanto em trabalhos acadêmicos (BRAND, 1993 e 1997; PEREIRA, 1999 e 2004; entre outros), como em inúmeros relatórios administrativos e periciais.

Na década de 1940 se encerra a renovação dos contratos de arrendamento das terras do sul do atual MS, que beneficiavam a Companhia Mate Laranjeiras. Isto dá lugar a uma verdadeira corrida de pessoas interessadas em comprar terras na região. A legislação em vigor considerava as terras públicas como devolutas, sendo postas à venda pelo antigo estado de Mato Grosso, do qual fazia parte MS antes da divisão política. Assim, as terras onde estavam localizadas as comunidades kaiowá são vendidas a particulares, e muitas comunidades são forçadas a deixar os locais de suas aldeias.

A sistemática seguida pelo estado de Mato Grosso na venda das terras para particulares se guiou por uma legislação que levava em conta apenas a legalidade formal do requerimento e o recolhimento das taxas estabelecidas junto aos cofres do estado. Naquele momento, nenhuma consideração foi dada à ocupação efetiva de muitas áreas de terra por índios, remanescentes de quilombos ou outros posseiros pobres. Só as pessoas que dispunham informações privilegiadas, recursos financeiros e influência junto aos políticos e instâncias administrativas conseguiam se habilitar para a compra de terras. Os outros segmentos da sociedade estavam impossibilitados de cumprir todos os procedimentos exigidos para o requerimento de terras. Estes fatos devem ser levados em conta na compreensão da origem latifundiária da posse de terras que perdura até os dias atuais em MS.

Alguns funcionários do Serviço de Proteção ao Índio – SPI – perceberam os tempos difíceis que se enunciavam para as comunidades kaiowá em MS. Assim, empenharam-se em assegurar a demarcação de alguns espaços destinados ao recolhimento dessa população. Entretanto, acabaram prevalecendo os interesses dos grandes proprietários particulares, pois apenas nove pequenas reservas foram demarcadas entre 1915 e 1928.

O cenário político em MS sempre foi marcado pela hegemonia dos interesses dos grandes proprietários de terras. Isto teve implicações diretas no modo como os espaços das reservas foram concebidos. Quando se pensou em reservar terras para os índios, o

destino inicial desses espaços era, via de regra, abrigar a população kaiowá que já vivia nesses locais. Entretanto, logo acabou prevalecendo a intenção de reunir nesses espaços a população de um grande número de comunidades kaiowá dispersas pelo território. A reserva passa a cumprir a função política de liberar as terras para a especulação imobiliária e posterior ocupação agropecuária. Assim, a reserva se transforma em *área de acomodação* para a população de diversas comunidades.

A população kaiowá resistiu de diversas formas, procurando manter a posse das terras que ocupavam. Entretanto, a maior parte das famílias das comunidades que tiveram suas terras expropriadas pelas frentes de ocupação agropecuária gradativamente cedeu às pressões dos fazendeiros e dos funcionários do SPI e se recolheu às áreas de acomodação. Esse processo implicou na dispersão das famílias e na dissolução dos vínculos de sociabilidade que cimentavam as relações de muitas comunidades. O processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional durou décadas, e está em curso até hoje. Resulta daí que atualmente as reservas apresentem grande densidade demográfica, fato agravado pelo significativo crescimento vegetativo da população.

Os parágrafos anteriores tentaram sintetizar, numa cápsula, a caracterização do cenário vivido pelos Kaiowá no último século. Os próprios Kaiowá reconhecem que essas novas circunstâncias históricas tornaram, em grande medida, inviáveis as práticas que envolviam as figurações sociais de seus assentamentos tradicionais. Por outro lado, seguem se reconhecendo como Kaiowá e como praticantes de formas de sociabilidade particulares, diretamente relacionadas à sua própria formação social. Nos tópicos seguintes, apresentarei a descrição de algumas estratégias de sobrevivência física e de reprodução de formas de expressão cultural colocadas em prática em algumas modalidades de assentamento. A tentativa é situar, descrever e analisar algumas dessas modalidades, bem como as formas organizacionais desenvolvidas pelos Kaiowá nessa nova realidade histórica. A intenção é ampliar o entendimento sobre esses novos espaços de produção social do modo de vida kaiowá.

É importante ter presente que o surgimento das novas modalidades de assentamento ocorre de maneira paralela ao processo de desarticulação das formas tradicionais de ocupação do território. Em certo sentido, as novas modalidades de assentamento podem ser entendidas como respostas adaptativas a esse processo, mobilizando a criatividade dos líderes de parentelas e a habilidade de disporem de novos instrumentos culturais no estabelecimento de relações com a sociedade nacional.

## **A reserva como área de acomodação**

A situação de reserva, imposta pelo SPI a partir de 1928, altera profundamente o padrão tradicional de assentamento das parentelas e aldeias. Antes da ocupação colonial, a população kaiowá se territorializava de acordo com: a) a disponibilidade de locais considerados apropriados, por comportarem recursos naturais para o estabelecimento da residência, pois, como disse o líder político de uma reserva, "antigamente o índio sempre procurava o lugar bom para morar, onde tinha mato bom, água boa", ou seja, há um conjunto de fatores ecológicos influenciando tal escolha; b) o local estar livre de ameaças sobrenaturais, como espíritos maus ou mortos ilustres recentes; c) a proximidade de parentelas aliadas, com as quais era possível fazer festas e rituais religiosos, sendo a rivalidade com os vizinhos um acontecimento suficiente para provocar a migração; d) a capacidade do cabeça de parentela e do líder da aldeia de conduzir eficazmente a vida comunitária, ou seja, de demonstrar habilidade para unir os parentes e resolver problemas de convivência entre os fogos domésticos; e, ainda, e) a incidência ou não de doenças ou mortes repentinas provocadas por causas consideradas não-naturais.

Disto resulta que a intensidade de mobilidade dos assentamentos e a maior ou menor proximidade social e espacial entre eles estava conectada a fatores ambientais, sociológicos e cosmológicos. A ocupação agropastorial interrompeu essa dinâmica. A partir de então, a reserva institui novos espaços de produção das relações sociais, interferindo em todos os campos da existência das comunidades kaiowá aí reunidas. Nas últimas décadas, a complexa situação criada nas reservas vem desafiando diversos pesquisadores a formular conceitos e modelos explicativos para dar conta das implicações sociais dessa realidade de assentamento.

No período recente, a contribuição mais importante talvez seja a de BRAND (1993 e 1997), quando formulou o conceito de *confinamento*, que passou a ser apropriado pela maioria dos estudos realizados desde então. O autor realiza intensa pesquisa documental, da história de vida de líderes de parentelas e da trajetória de várias comunidades, designando como confinamento o processo de recolhimento forçado da população kaiowá nas áreas a ela reservadas pelo SPI.

O trabalho de Brand inspirou e desafiou outros pesquisadores a tentar abordagens alternativas. Do meu próprio ponto de vista, estou propenso a considerar a idéia de *área de acomodação* como bastante apropriada para expressar alguns aspectos da configuração social originada nas reservas demarcadas pelo SPI. Entretanto, reconheço a contribuição seminal e definitiva da abordagem desenvolvida por BRAND, concordando que ela expressa elementos fundamentais para a compreensão do processo de perda das terras ocupadas por comunidades kaiowá em MS.

BRAND (1993 e 1997) foi o primeiro a evidenciar em detalhes o processo de recolhimento da maioria das comunidades kaiowá no espaço geográfico das reservas. Assim, cabe a ele o mérito do pioneirismo na abordagem em profundidade desse processo, motivo pelo qual, desde então, a maioria dos pesquisadores tem incorporado suas contribuições, inclusive fazendo uso corrente do termo *confinamento*<sup>6</sup>. Prefiro, no presente artigo, definir o espaço social da reserva como *área de acomodação*, na tentativa de melhor descrever aspectos de natureza política e sociológica presentes nos processos sociais vividos nessa nova conjuntura histórica. Mais adiante serão discutidas outras modalidades de assentamento que não passam necessariamente pela experiência histórica de vida na reserva.

A opção pelo conceito de *área de acomodação* se deu por acreditar que ele permite expressar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais kaiowá<sup>7</sup> desenvolvidas nas reservas. Isto porque, na situação de reserva, os Kaiowá passam a mobilizar todos os referenciais disponíveis no sentido de gerar formas organizacionais capazes de tornar viável a sobrevivência física e a construção de figurações sociais que, de alguma maneira, assegurem a continuidade de sua formação social. A primeira vez que me lembro de ter visto o registro do termo *área de acomodação* para se referir a uma reserva demarcada pelo SPI, foi num quesito formulado pelo juiz federal Odilon de Oliveira, na perícia realizada na terra indígena terena de Buriti (EREMITES & PEREIRA, 2003).

No presente tópico, a atenção maior será dada à maneira como a experiência histórica – até então inusitada para os Kaiowá – de viver na reserva se reflete em transformações profundas na vida social das comunidades que perderam suas terras. Essas

---

<sup>6</sup> Eu mesmo fiz uso desse conceito em diversos trabalhos anteriores, citados na bibliografia final.

<sup>7</sup> Os conceitos de figuração social e formação social, utilizados várias vezes ao longo desse artigo, se inspiram nos trabalhos de Norbert Elias (1990 e 2001). As possibilidades de aplicação desses conceitos para a pesquisa etnográfica estão sendo discutidas em um livro, ainda em preparação, em que discuto a organização social e os processos de etnicidade terena.

transformações têm reflexo direto nas formas organizacionais e nas expressões culturais das populações kaiowá, pois a partir do momento em que passam a viver na reserva, perdem a autonomia para gerir a maior parte do cotidiano de sua vida econômica, política e religiosa.

A figuração social articulada na reserva passa a reunir comunidades que antes não interagem em caráter permanente. Isto gera uma série de problemas organizacionais novos, para os quais o modelo de organização social até então praticado nem sempre dispunha de instrumentos apropriados para dar respostas imediatas. Além disso, passa a incluir sujeitos sociais pertencentes à sociedade nacional, muitas vezes na condição de representantes de suas instituições, o que constitui a *área de acomodação* como um cenário multiétnico de interação permanente.

Ademais, a situação de reserva gerou uma série de impasses para as populações kaiowá, limitando a operacionalização das técnicas de produção material, do sistema médico-sanitário e das formas de sociabilidade. No rastro dos novos problemas ocorre a presença permanente de instituições como a Missão Caiuá (desde 1928), do SPI/Funai (desde a década de 1920) e, a partir da década de 1970, de várias outras organizações indigenistas governamentais, da sociedade civil e de caráter religioso. Essas instituições passaram a exercer uma importância crescente na definição da dinâmica de vida das populações das reservas.

Por conseguinte, a presença dessas instituições gerou novas formas organizacionais e colocou à disposição dos Kaiowá mecanismos de exercício da política até então inusitados. Isto passa a interferir diretamente nas formas de composição de alianças entre as parentelas das diversas comunidades que passam a, compulsoriamente, conviver nas reservas.

Na maioria dos casos, os agentes externos que atuam – ou mesmo vivem – na reserva assumem a atribuição de agir como dirigentes dos processos políticos internos das reservas. Essa atribuição é flagrante no caso do chefe de posto do SPI, figura central nessa nova configuração. Dessa forma, instaura-se nas reservas um campo gerencial desvinculado dos parâmetros de exercício da liderança interna reconhecidos como próprios à formação social kaiowá. As decisões sobre diversos assuntos referentes à vida política das comunidades são agora tomadas com relativa independência e “neutralidade” em relação às formas de exercício da política kaiowá. Via de regra, os agentes indigenistas não orientavam sua atuação pela lógica interna da organização social das comunidades, até porque na maioria das vezes não entendiam como isso se dava, ou mesmo porque as



práticas locais se chocavam com os interesses de suas instituições. A atitude mais comum passa a ser os agentes externos usarem de seu poder para apresentarem propostas e soluções direcionadas ao atendimento dos objetivos de suas instituições.

Percebendo esse novo cenário político, não foram raros os casos de lideranças que passaram a recorrer a esses agentes na busca do estabelecendo alianças estratégicas, por eles identificadas como benéficas ao grupo político que representavam. Ademais, não havia como desconsiderar ou confrontar a presença dos agentes indigenistas, uma vez que a solução para a maioria dos novos problemas passava a envolver diretamente a atuação das instituições externas estabelecidas na *área de acomodação*.

Em muitos casos, as lideranças pareciam não dispor de referenciais apropriados para lidar com os novos problemas originados na *área de acomodação*, a partir da convivência forçada com comunidades com as quais não tinham alianças historicamente estabelecidas. Recorrer ao missionário, ao administrador ou ao indigenista parecia a solução mais apropriada ou a única forma de evitar conflitos. Essas novas modalidades de exercício da política implicaram na perda de prestígio das lideranças identificadas como tradicionais, principalmente daquelas cujo reconhecimento estava baseado em práticas religiosas, sendo raros os casos dos grandes xamãs que não viram seu prestígio desgastado.

Aos poucos, o campo gerencial formado pelas agências indigenistas passa a fazer parte do cenário total de interação na situação de reserva. É buscando a capacitação para atuar nesse cenário que as lideranças procurarão construir as condições de viabilidade para as figurações sociais kaiowá aí instituídas. Isto porque a reserva é um cenário demográfico, social e político inteiramente novo, reunindo contingentes populacionais várias vezes superiores ao padrão de assentamento tradicional e congregando novos sujeitos sociais.

Na situação de reserva, os líderes locais estão sempre procurando novos canais de legitimação e fortalecimento político, uma vez que as configurações das redes de apoio político interno se tornam em muitos casos inoperantes. Qualquer chefe de posto da Funai, agente indigenista, missionário, ou mesmo dono de venda que tenha convivido algum tempo com lideranças de uma reserva kaiowá pode relatar eventos nos quais foi solicitado a opinar ou atuar como mediador em conflitos internos. Na maioria das vezes, esses agentes não dispõem da mínima condição de compreensão dos fundamentos das demandas para as quais foram acionados, e muito menos das apropriações internas a que a sua interferência está sujeita.

Antes do estabelecimento das reservas, as divisões políticas e os conflitos entre parentelas aliadas que eventualmente não eram solucionados, tinham como desdobramento o estabelecimento de novos sítios. Essa possibilidade se tornou inviável após a ocupação agropecuária da região. Assim, a presença dos agentes passa a ser, até certo ponto, responsável por viabilizar a convivência em grandes ajuntamentos de parentelas<sup>8</sup>. Em reservas como Dourados, Amambaí e Caarapó, passam a viver milhares de pessoas, dando origem a um novo padrão demográfico, o que passa a exigir novas formas organizacionais.

Os funcionários das instituições missionárias e indigenistas passam a atuar como agentes políticos, interferindo na organização interna e criando novos padrões de conduta política na reserva. Isto fica evidente pela importância atribuída às figuras do Chefe de Posto e do Capitão<sup>9</sup>, instituições políticas criadas pelo SPI. Na reserva, os líderes das parentelas não relutam em procurar as “autoridades” – como denominam o Capitão e o Chefe de Posto – mesmo para a resolução de conflitos internos, cobrando delas o exercício das atribuições institucionais das quais estão investidas, mas, é claro, cuidando que atuem a seu favor.

Os recursos disponibilizados em programas de saúde, escolarização, ‘desenvolvimento’ agrícola e evangelização consolidaram e deram sustentação ao novo formato de relações econômicas, políticas e sociais nas reservas. No presente artigo, a ênfase maior recai sobre a forma como os Kaiowá se apropriaram dessa presença para criar as condições de viabilidade de suas figurações sociais nas reservas. Por esse motivo, acrescento a seguir alguns dados que permitem entender melhor como os próprios Kaiowá perceberam esse processo.

O modelo político criado na reserva será fator preponderante na decisão de fogos e parentelas de cederem às pressões para abandonarem seus lugares de origem e se mudarem para esses locais. Isto ficou claro quando eu entrevistava antigos moradores da aldeia de *Guiraroka*; uma mulher xamã de mais de 60 anos, que vive atualmente na reserva de Dourados, afirmou:

Antes eu vivia no *Guyraroká*, nas margens do córrego *Karacu*, meus parentes sempre viveram lá, mas não tinha assistência, o fazendeiro veio, ocupou e aí

---

<sup>8</sup> Segundo Elicio Toriba, um senhor de cerca de 80 anos, o período inicial da ocupação agropecuária intensificou muito a fragmentação das aldeias e o deslocamento da população. Isto se deve provavelmente à intensificação das mortes provocadas pelas epidemias. O motor do deslocamento era, na maioria das vezes, o conflito entre parentelas, e ele se intensifica com a chegada dos novos ocupantes da terra. Paulatinamente, essa população foi se acomodando nas reservas, à medida que não tinham mais onde se estabelecer.

<sup>9</sup> Capitão é o índio escolhido como líder político da reserva, cuja nomeação é feita pelo representante do órgão indigenista oficial.

---

Levi Marques Pereira - Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais

---

mandava a gente sair, **dizia que lugar de índio agora era na reserva**, os parentes já tinham saído quase tudo. Aí veio parente meu que morava na reserva, junto com Funai e disseram que não era bom morar sozinho na fazenda, melhor mudar para reserva, ia ter **assistência do governo, ajuda de saúde, escola, semente, ferramenta**. Aí eu pensei..., melhor mudar..., e fui para a reserva de Dourados, eu era nova, viúva com dois filhos.

A fala dessa senhora indica que a compreensão sobre o crescimento demográfico de reservas como a de Dourados, deve ser buscado também na presença das agências indigenistas, na forma de sua atuação e nos recursos de que dispunham. A proximidade das reservas mais populosas com centros urbanos é um forte indicativo do poder atrativo exercido pela possibilidade, real ou imaginada, de acesso a recursos e assistência social.

A reserva de Dourados comportou, desde a década de 1920, considerável infraestrutura de agências indigenistas. Isto facilitou o acesso a ferramentas, remédios e outros bens industrializados para muitas famílias que para lá se recolheram. Forçados a viverem em áreas de acomodação e impossibilitados de seguirem vivendo em parentelas dispersas, segundo a configuração de redes de alianças flexíveis e instáveis, os Kaiowá incorporam a presença indigenista. A situação de reserva instaura um novo padrão de assentamento. Nele, as autoridades externas ocupam o centro da vida política. Na reserva se geram figurações sociais inteiramente novas, instituídas como respostas adaptativas às condições históricas às quais a maior parte da população kaiowá se submeteu de maneira compulsória.

O sistema político instaurado na reserva enquanto *área de acomodação* combina uma série de práticas como: a) a tentativa de recolher a população de diversas comunidades no espaço físico destinado a abrigar a população indígena; b) a implantação nesse espaço de programas econômicos voltados ao atendimento de demandas do mercado; c) a criação de escolas para que as crianças passem pelo processo de escolarização e adquiram o domínio sobre a língua e as maneiras de conduta da sociedade nacional; e d) a implantação da organização política baseada na chefia do posto e na capitania.

A capitania implicou na escolha de um índio nomeado para o cargo pelo Chefe de Posto do SPI. Sua incumbência era manter a ordem interna e cuidar para que todos se envolvessem nas atividades planejadas pelo órgão indigenista ou por outras agências indigenistas associadas aos objetivos do órgão indigenista oficial. O capitão e seus auxiliares estavam imbuídos de uma autoridade considerada fundamental para que o Chefe

de Posto assegurasse o cumprimento de suas ordens. O controle interno da população era fundamental para obrigar as diversas comunidades recolhidas na reserva a se conformarem e a aderirem aos projetos idealizados pelo SPI/FUNAI e pelas demais instituições indigenistas. Como será mais bem detalhado adiante, é principalmente em reação a esse controle interno, considerado abusivo por muitos líderes de parentelas, que os Kaiowá ensaiarão outras modalidades de assentamento.

Assim, a contingência histórica da expropriação das terras ocupadas por diversas comunidades dá origem ao que denomino aqui de situação de reserva. Isso altera profundamente o padrão demográfico e as formas organizacionais até então características das comunidades kaiowá. Nas reservas, são instituídos arranjos políticos inteiramente novos e também é implementada uma série de políticas com intentos assimilacionistas. No momento atual, constata-se que o principal resultado da aplicação dessas políticas nas reservas kaiowá durante cerca de oito décadas, foi a geração da dependência crescente em relação à ação tutelar do Estado e da assistência social da sociedade nacional.

Entretanto, no período inicial de implantação das reservas, as ações promovidas tinham o objetivo de manter o controle da população e conduzi-la ao que se imaginava ser a integração plena à sociedade nacional. Acontece que todo esse planejamento não surtiu o resultado esperado, pois a integração não se efetivou da maneira como foi idealizada pelas instituições que implementaram essas práticas. Ao longo das décadas, as políticas voltadas para a população indígena passaram por revisões e adequações, até que a Constituição Federal de 1988 pôs fim à orientação assimilacionista, definindo o respeito à diversidade cultural como o paradigma que deve orientar todas as ações indigenistas do Estado e da sociedade civil.

A mudança do paradigma da assimilação para o do respeito cultural não surtiu, até o momento, todos os efeitos e conseqüências esperadas. São grandes os riscos de os direitos específicos da população indígena, assegurados na legislação maior, se tornar letra morta, entre outros motivos, porque o órgão indigenista oficial se encontra completamente desaparelhado para realizar a demarcação das terras. Por outro lado, prefeituras e secretarias de estado, responsáveis pelos serviços de educação e saúde, não conseguem, por despreparo ou falta de vontade política, implantar serviços diferenciados e adequados às características culturais dos Kaiowá. Ocorre ainda constantes investidas contra os direitos indígenas, promovidas por setores da sociedade nacional que se consideram prejudicados pela legislação atual, o que põe em risco a continuidade desses direitos. São freqüentes os casos de órgãos governamentais e da sociedade civil que confrontam abertamente os direitos assegurados na Constituição.

As parentelas kaiowá que vivem nas reservas demarcadas, mas que são originárias de Terras Indígenas não reconhecidas pelo governo, ficam obrigadas a se sujeitar à dominação dos líderes políticos das famílias originárias ou mais antigas na reserva. Explicando os motivos que levaram sua comunidade a retornar para *Guyraroká*, o líder dessa comunidade afirmou que “na terra (reserva) demarcada a gente entra sem direito a nada, se vai plantar tem que pedir autorização para o pessoal de lá”. Assim, a comunidade deslocada de seu território vive sob uma completa sujeição política.

É comum que as comunidades ou famílias que emigraram ou foram transferidas para as reservas nas últimas décadas enfrentem dificuldades inclusive de acesso a uma área de terra onde possam plantar sua roça. Também é pouco provável que tenham acesso aos poucos recursos que adentram na reserva através dos programas de apoio das instituições governamentais ou de outras organizações da sociedade civil. Esses recursos são sempre monopolizados pelos grupos politicamente mais fortes, articulados e antigos no local.

A superpovoação nas reservas demarcadas provoca disputas acirradas por escassos recursos naturais, tais como terras próprias para agricultura e mesmo lenha. Quanto mais a população se adensa, mais aparecem acusações e conflitos de toda ordem. Por esse motivo, o cotidiano das reservas mais populosas é marcado por relações conflituosas entre parentelas, forçadas a conviver lado a lado, embora componham grupos de pessoas originários de distintas localidades, sem vínculos históricos e sociais de alianças entre eles.

Pelos padrões de organização social kaiowá, a convivência entre distintas parentelas é tradicionalmente marcada pela polarização entre aliança e rivalidade. Historicamente, os grupos aliados residiam próximo uns dos outros, praticando intenso intercâmbio matrimonial e religioso. Várias parentelas residindo próximas umas das outras e relacionadas entre si por forte coesão social e solidariedade política, formavam o que a literatura sobre os Kaiowá costuma denominar de *tekoha*. A convivência com as parentelas que estavam fora desse círculo era marcada, predominantemente, pela hostilidade. No modelo de assentamento tradicional, baseado nas redes de alianças entre parentelas, caso ocorressem conflitos que não se encaminhassem para uma solução, a saída mais provável era a mudança de um dos grupos envolvidos no conflito.

As figurações sociais que vivem nas reservas demarcadas se distinguem radicalmente daquelas que viviam nos antigos *tekoha*. As parentelas que residem nas reservas foram forçadas a conviver em um espaço diminuto, tendo de desenvolver os

instrumentos organizacionais capazes de tornar viável a convivência social nesse novo ambiente. São ajuntamentos artificiais que não levam em conta os padrões tradicionais de organização social kaiowá. Disto resulta que os problemas sociais enfrentados nas reservas têm sua origem na conformação artificial da população aí radicada, resultando em constantes conflitos. Atualmente, os conflitos entre parentelas que vivem em determinadas reservas tornam ineficientes os mecanismos de controle social da conduta característicos da formação social kaiowá e que se baseiam em um complexo sistema ideológico-religioso. Nessas circunstâncias, a insegurança e a violência interna atingem índices elevados, levando ao estresse social e, é razoável supor, ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas, a desentendimentos e até mesmo aos suicídios.

Em quase um século de experiência de vida na situação de reserva, os Kaiowá desenvolveram formas de interação profunda com a sociedade nacional. Mesmo assim, continuam, em sua maioria, reproduzindo padrões organizacionais identificados a elementos da cultura autóctone. A reserva passou a ser pensada enquanto espaço físico onde radicam suas aldeias e desenvolvem a maior parte da experiência social. Com todas as limitações, ela constitui o *locus* de produção da identidade social. É o lugar no qual desenvolvem formas de sociabilidade tidas como essencialmente kaiowá. É claro que as figurações sociais aí desenvolvidas são, em muitos aspectos, radicalmente distintas daquelas que eram desenvolvidas nos antigos *tekoha*, mesmo assim, elas seguem sendo reconhecidas como a continuidade da mesma formação social.

Embora as reservas não sejam capazes de suprir todas as necessidades e expectativas sociais e econômicas dos Kaiowá, é nelas que a maior parte deles vive. Aí interagem enquanto grupo étnico distinto, fazendo incursões mais ou menos prolongadas no “mundo do branco” para extrair os bens necessários à sua sobrevivência física e cultural.

Nesta nova situação histórica, aqui denominada de situação de reserva<sup>10</sup>, as práticas culturais passam por profundas transformações. Entretanto, cabe observar que essas transformações, comumente denominadas de culturais, ocorrem em conexão com alterações no modelo de assentamento e nas formas organizacionais. Como procurei demonstrar em outro trabalho (PEREIRA, 2004), as transformações que têm lugar na situação de reserva reordenam os elementos de constituição das parentelas e das redes de aliança entre elas. É a partir desses reordenamentos que os Kaiowá recriam nas reservas

---

<sup>10</sup> Se fôssemos aplicar o campo conceitual desenvolvido por antropólogos neo-evolucionistas (como Darcy Ribeiro, por exemplo), seria possível dizer que a situação de reserva com o tempo implicará no desenvolvimento de um “sistema adaptativo” que poderia ser denominado de “cultura de reserva”.

as condições de existência e reprodução de suas figurações sociais e logram manter sua identidade enquanto grupo étnico.

As novas formas organizacionais são desenvolvidas em consonância com a configuração política dinâmica instituída no cenário multiétnico das reservas. A partir delas, os Kaiowá procuram superar com criatividade a imposição de políticas assimilacionistas e também afirmar sua distintividade étnica. É claro que num cenário tão complexo e francamente desfavorável, eles têm de conviver com dúvidas e incertezas em relação ao presente e ao futuro de sua formação social.

Passaremos agora à descrição da segunda modalidade de assentamento.

### **Famílias de Kaiowá em periferias de cidades do interior do MS**

O presente tópico descreve a situação dos índios kaiowá que vivem atualmente na periferia de pequenos vilarejos. Tomarei como foco de análise famílias situadas na confluência de linhas (estradas vicinais) do município de Vicentina – MS, cujo levantamento em campo foi realizado durante os estudos de identificação da terra indígena *Guiraroka*. As linhas separam setores de lotes de terra demarcados com 30 hectares cada um. Originalmente, o assentamento foi ocupado por pequenos agricultores que vieram para a região a partir de 1943, motivados a ocupar a Colônia Agrícola Federal de Dourados, implantada no governo de Getúlio Vargas.

Em alguns desses entroncamentos, como é o caso do aqui descrito, se estabeleceram vendas, residências, escolas, igrejas, formando pequenos vilarejos rurais. Com a decadência das pequenas propriedades familiares, incorporadas a propriedades médias e grandes, a maior parte da população migrou para os centros urbanos, deixando para trás vilas quase fantasmas.

A Colônia Federal foi implantada sobre parte do território indígena, desarticulando várias comunidades, cuja população foi, em sua maioria, deslocada para as reservas demarcadas pelo SPI<sup>11</sup>. Alguns remanescentes dessas comunidades não se adaptaram às condições de vida nas reservas demarcadas e insistiram em permanecer nas

---

<sup>11</sup> A descrição desses fatos aparece com grande riqueza de detalhes nos trabalhos de Brand (1993; 1997).

proximidades das terras que historicamente ocupavam, trabalhando como mão-de-obra volante nas propriedades agrícolas que se instalaram na região. Esse é o caso dos índios e descendentes de índios e regionais que se encontram nos distritos rurais de Vicentina. A situação em que vive essa população é bastante diversificada. A compreensão de cada caso exige que a FUNAI realize estudos mais detalhados para que providências cabíveis sejam tomadas, de acordo com as particularidades de cada situação.

O levantamento que pude realizar em 2001 foi breve e prejudicado pela atitude de apreensão e medo despertada em alguns índios, que temiam a remoção forçada para o interior de alguma reserva demarcada. Segundo alguns relatos, a experiência de certas famílias nas reservas foi traumática, pois como não dispunham de parentes ou aliados nos locais para onde foram transferidos, sofreram violências, humilhações e acusações de diversos tipos.

A condição de vida das famílias que vivem nos distritos rurais de Vicentina é bastante diversificada, conforme mencionado anteriormente. Existem famílias que vivem entre os regionais há várias décadas, mas conservam significativos vínculos societários característicos da vida comunitária típica dos Kaiowá. É o caso da família extensa da Sr<sup>a</sup> Doraline Martins, na época com 62 anos, prima paralela patrilateral do Sr. Tito Vilharva, pai de Ambrósio Vilharva (o índio que me acompanhava), e um dos principais líderes da comunidade que está mobilizada para o retorno à Terra Indígena *Guyraroka*, situada no município de Caarapó.

A Sr<sup>a</sup> Doraline Martins gerou cinco filhos, quatro filhas, vinte e um netos e sete bisnetos. Uma parte da família extensa mora com a matriarca na confluência de linhas onde fica o vilarejo de Três Irmãs, na zona rural do município de Vicentina. Outra parte, composta por filhos e filhas casadas, mora em propriedades rurais da região ou em outros vilarejos. Alguns filhos/as da Sr<sup>a</sup> Doraline se casaram com regionais, todos muito pobres, como os índios, tendo que igualmente viver do trabalho agrícola volante, ou seja, como bóias-frias. Mesmo assim, uma parte considerável da família se reconhece como indígena e como tal é reconhecida pelos regionais e pelos parentes que permaneceram nas reservas, com os quais desenvolvem contato intermitente.

A Sr<sup>a</sup> Doraline e seus filhos nasceram na antiga aldeia de *Tororô*, nas proximidades do córrego Caarapó. Seu marido, já falecido, também era da mesma localidade. Todos os filhos falam a língua guarani e identificam claramente os vínculos parentais com segmentos de população kaiowá que vivem nas reservas de Caarapó e Dourados. O mesmo não acontece com a maioria dos netos, que expressam dificuldade em



falar e entender a língua guarani, o que demonstra a desarticulação dos mecanismos de reprodução cultural. Particularmente, a Sr<sup>a</sup> Doraline ficou muito feliz em receber notícias dos parentes (através do filho de seu primo, que me acompanhava), demonstrando esperança em retornar para sua antiga terra e para o convívio dos parentes, caso a terra de *Guyraroká* venha algum dia a ser demarcada e assegurada como espaço indígena. Entretanto, não demonstrou nenhuma intenção em se recolher a alguma das atuais reservas.

Esse grupo de famílias vive à margem da assistência social governamental, em barracos de lona ou madeira reutilizada. É importante observar que casos como esse, em que ainda existe o reconhecimento dos vínculos das pessoas “desaldeadas” com comunidades estruturadas, é possível que as famílias venham, com relativa facilidade, a novamente se incorporar a suas comunidades originárias. Isto permitiria escapar da constrangedora situação em que vivem na periferia desses vilarejos pobres, expostas ao convívio com o preconceito, a miséria, o consumo de bebidas alcoólicas e outras mazelas sociais. Oferecer esta oportunidade para essas pessoas é resgatar a possibilidade de que reencontrem a dignidade que subitamente lhes foi roubada, no processo de esbulho de suas terras.

O líder kaiowá Ambrósio Vilhalva, que me acompanhava na pesquisa de campo, desabafou:

“o que vamos fazer, são nossos parentes, agora alguns estão um pouco misturados (miscigenados) com branco, mas vamos aceitá-los assim mesmo, eles não têm culpa de todo esse sofrimento que pesa sobre eles, o que importa é reorganizar a nossa aldeia e retomar a nossa vida, muita coisa os rezadores (xamãs) vão recuperar, mas teremos que conviver com muitas perdas, não há como recuperar tudo”.

Dados completos sobre a família aqui em questão, inclusive a genealogia de parentesco, constam do laudo antropológico de identificação da Terra Indígena *Guiraroka*.

Em situação semelhante há o caso de um grupo de famílias com traços físicos e culturais reconhecidos pela população local do vilarejo de Três Irmãs como indígenas. Informaram inclusive que muitos deles falam a língua guarani. Entretanto, em nossa presença essas pessoas preferiram não se identificar como indígenas. Na verdade, nossa presença os aterrorizou, mesmo eu estando acompanhado do líder indígena, pois temiam serem recolhidos à força para alguma reserva.

O recolhimento e a timidez apresentados por essas pessoas evidenciaram as dificuldades de levantar dados sobre famílias nessa condição. Seriam necessários um período de convivência mais prolongado e formas de interação mais discretas para

conseguir a confiança das famílias, o que não poderia ser realizado dentro da sistemática do estudo de identificação de uma terra indígena. Há fortes indícios de que a desconfiança pode estar relacionada a traumas gerados pelas violências sofridas no passado em alguma reserva e ao extremo preconceito de que são vítimas no presente. O certo é que vivem em completa condição de inferioridade social, suspeitando de qualquer iniciativa envolvendo instituições públicas ou instâncias de poder.

À primeira vista, as famílias apresentam traços de organização social tipicamente kaiowá. Vivem em famílias extensas, compondo um aglomerado de casas ocupadas por parentes próximos, lideradas por um casal de velhos, que constituem os avós da parentela. A quantidade de deficientes físicos é enorme para os padrões kaiowá, o que pode estar relacionado à carência alimentar e, segundo dizem os regionais, ao elevado consumo de bebidas alcoólicas. Propostas para intervenção em casos como esses só poderão ser elaboradas após um levantamento mais detalhado, que permita identificar: 1) a origem exata desses grupos; 2) se ainda existem vínculos com comunidades organizadas; 3) se a situação requer procedimentos de melhoria das condições de vida no próprio local ou se seria o caso de discutir com essas famílias o deslocamento para possíveis locais de origem.

Ainda em Três Irmãs, identifiquei algumas pessoas e famílias nucleares indígenas isoladas de seus patrícios e vivendo com os regionais. O mais comum foi encontrar uma mulher solteira vivendo apenas com filhos pequenos, muitas vezes falando pouco o português. Essas pessoas contraíram vínculos permanentes com os regionais, através de casamento, trabalho ou mendicância. São pessoas que tentam uma saída individual ou familiar para fugir da miséria em que viviam junto com os parentes. Embora reiviniquem sua aceitação enquanto não-índios, são reconhecidos pelos regionais enquanto tais. Assim, os regionais nos indicaram várias casas onde morariam “índios”, mas quando perguntávamos a essas pessoas por sua origem, elas alegavam ser argentinos, paraguaios, ou qualquer outra nacionalidade.

Para finalizar este tópico, chamamos a atenção para a necessidade de a FUNAI realizar estudos antropológicos das situações acima enumeradas. É preciso detalhar cada situação etnográfica para, a partir daí, propor as soluções mais apropriadas para cada caso. Há ainda a necessidade de estabelecer parcerias para implementar as ações que se revelarem necessárias. A população em questão é composta inquestionavelmente por índios Kaiowá e seus descendentes, cujas terras foram expropriadas pelas frentes de ocupação agropastorial. No caso das famílias que vivem no Município de Vicentina, essa expropriação se deu a partir da implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados. Isto resultou na quase completa desarticulação das comunidades, e as famílias perderam a

autonomia sobre o destino de suas vidas, passando a viver em total submissão e dependência em relação à sociedade regional. A atuação do SPI na época foi de completa omissão. Os setores organizados da sociedade civil sensíveis aos problemas enfrentados pela população indígena, não podem, no momento atual, consentir que se cometa o mesmo erro. É necessário exigir que a FUNAI cumpra com suas responsabilidades estabelecidas em lei.

Vale lembrar que a análise aqui apresentada está focada apenas em casos registrados na zona rural do município de Vicentina. Entretanto, situações semelhantes muito provavelmente são encontradas em todos os municípios de Mato Grosso do Sul, revelando a face nefasta do desenvolvimento agropecuário do nosso estado.

### **Acampamentos mobilizados para a reocupação da terra**

A terceira modalidade de assentamento praticada atualmente pelos Kaiowá se refere aos grupos mobilizados para a reocupação de terras que consideram de ocupação tradicional. Geralmente, estão situados em margens de rodovias nas proximidades da terra reivindicada ou mesmo em pequenas porções dessa área. Cito a seguir um trecho do relatório de identificação da terra indígena Guirároka, em que descrevo a forma do acampamento. No início de 2001, quando realizei a pesquisa de campo, as famílias viviam na margem da rodovia (MS 163), mas hoje se encontram alojados no interior da terra identificada e ocupam algumas dezenas de hectares.

No dia 11 de fevereiro, cheguei ao acampamento dos Kaiowá, que ficava do lado direito da referida rodovia, que liga a cidade de Dourados à cidade de Juti, a cerca de 40 km. O acampamento reunia um número variável de barracos, sendo que em junho de 2001 eram 38, com população em torno de 70 pessoas. Os barracos eram construídos de lona preta, fornecida pela FUNAI, em média com 5 a 8 metros quadrados cada um. As fogueiras serviam tanto para cozinhar os alimentos quanto para aquecer as pessoas à noite. Uma caixa d'água abastecida pela prefeitura de Caarapó fornecia água para o preparo de alimentos, lavagem de roupa e higiene pessoal.

O cotidiano das mulheres era marcado pelos cuidados com as crianças, lavagem de roupas, preparo de alimentos, costura e limpeza dos barracos. As crianças brincavam entre as árvores ou caçavam pequenos animais ou pássaros em volta do acampamento, enquanto os homens buscavam lenha e cuidavam da segurança. Eventualmente, faziam algum artesanato e também acontecia de alguns homens jovens saírem por alguns dias para trabalhar em fazendas da região ou visitar parentes nas reservas de Caarapó e Dourados.

Pernoitei muitas noites no acampamento. Estando entre eles por longos períodos, pude sentir na pele as precárias condições do acampamento, principalmente quando chovia ou esfriava. A compensação era que podia conversar com as pessoas enquanto elas interagiam em seu cotidiano, e isto permitia observar e registrar as informações em situações mais espontâneas. O esforço era evitar perturbações ocasionadas por formalidades, intimidações e constrangimentos, característicos da situação de pesquisa de campo.

Conviver com esses Kaiowá foi fundamental para apreender a maneira como pensam e vivem a figuração social constituída na situação de acampamento. Os dias em que estive no acampamento foram repletos de momentos privilegiados para discutir os dados que necessitava para compor o relatório, especialmente: a) o cair da noite, quando podia ouvir as rezas e conversar longamente com os xamãs, sobre temas da cosmologia; b) as rodas de mate ao amanhecer, quando a conversa costumava tratar de assuntos mais íntimos e sérios, e as rodas de tereré ao longo do dia, quando as conversas giravam em torno de assuntos de caráter público ou assumiam um tom mais jocoso.

O acampamento era ocupado por famílias pertencentes a algumas das parentelas que residiram em décadas passadas na Terra Indígena *Guyraroká*, sendo que a parentela principal era liderada por Papito Vilharva. Outras parentelas enviaram para o acampamento apenas algumas pessoas, sendo que os demais integrantes estavam trabalhando em fazendas, usinas de álcool ou permaneceram nas reservas demarcadas, onde plantavam roças de subsistência.

As pessoas que naquele momento estavam vivendo nas reservas ajudavam a manter os parentes no acampamento, onde sempre apareciam em visitas que podiam durar alguns dias. Havia assim, um constante fluxo de pessoas que chegavam e que saíam do acampamento, mantendo a troca de bens e informações. Todas as pessoas que estavam no acampamento eram relacionadas por laços de parentesco com Papito Vilharva ou sua esposa. Papito era o líder – *hi'u* – da parentela numérica e politicamente mais importante.

Parte significativa das pessoas que viviam no acampamento não era co-residente antes de aí se juntar. Isto porque estavam dispersas por várias reservas ou trabalhavam em distintas fazendas. O que cimentava as relações entre as pessoas que passaram a viver juntas o acampamento era o reconhecimento do vínculo com a antiga comunidade de Guirároka, cuja terra estavam, naquele momento, reivindicando. Esse vínculo poderia se dar através de ancestrais, pais, avós, tios etc., que nasceram no local.

Como as famílias que compunham a antiga comunidade permaneceram fora da terra por várias décadas, elas passaram por profundas transformações em sua composição. Muitas pessoas nasceram e outras morreram, no período da diáspora. A população que nasceu em *Guyraroká* antes da expulsão tinha em geral mais de 40 anos, e só os velhos como mais de 60 anos tinham lembrança das formas de sociabilidade desenvolvidas no local. Foi através dos seus relatos que recompus a história da comunidade no período anterior à expulsão.

A atualização da memória das alianças e da conformação social e política da comunidade no período anterior à expulsão fornecia ainda as referências para a recomposição dos laços societários que estavam sendo reativados, de maneira que havia uma mobilização coletiva em torno da recomposição da história da comunidade. Dessa forma, a atualização da memória histórica cumpria importantes funções de articulação política, e isto transcendia os objetivos de composição do relatório de identificação da terra.

Ficou evidente desde o primeiro contato o forte sentimento religioso da comunidade. Construíram quebra-molas (reduzidores de velocidade) cavando valetas na rodovia de terra que passava em frente ao acampamento e instalaram objetos de proteção ritual em frente ao acampamento. De cada lado dos quebra-molas armaram dois grandes arcos, do mesmo formato do que usam para atirar flecha, com a diferença de que, nesse caso, cumpriam apenas a função de proteção ritual. Acreditavam que esse tipo de arco balizava e delimitava o espaço que ocupavam, sendo identificado por suas divindades, que não permitiriam que nenhum mal acometesse os Kaiowá que viviam no acampamento. Assim, sentiam-se protegidos dentro daquele espaço. Esses objetos rituais remetem a importantes fundamentos da cosmologia kaiowá, que tem no arco e na flecha um dos principais elementos constitutivos de sua identidade étnica<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Há um mito que relata que a divindade primeira (*Nanderuvusu*) apresentou uma série de objetos para que o ancestral Kaiowá escolhesse aqueles que mais lhe agradassem. O ancestral escolheu o arco e a flecha, indicando a auto-representação da sociedade enquanto caçadora e a opção por uma índole mais pacífica. Por sua vez, os brancos (*kari*) que vieram logo a seguir, escolheram os instrumentos de metal, associados a riqueza, poder e a uma índole mais violência; é isto que explica seu comportamento atual, inclusive o fato de

---

Levi Marques Pereira - Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais

---

Até fevereiro de 2001, haviam nascido três crianças no acampamento, que na época tinha cerca de um ano de existência. Como resultado das pressões e ameaças constantes dos proprietários das terras que pretendiam ocupar, uma parte das famílias, com receio de sofrer violências, retornou para a reserva de Caarapó, de onde aguardava o desfecho do processo de demarcação. O líder do acampamento afirmou que não existiam recursos para manter muitas pessoas no local, e por isso pedia que as pessoas aguardassem onde estavam. Seu receio, segundo disse, era o acampamento crescer muito, aumentando as privações de recursos.

A distribuição espacial dos barracos de lona era, aparentemente, aleatória. Entretanto, a observação mais atenta revelou que ela seguia o padrão de organização baseado no parentesco e na existência de unidades sociológicas típicas da sociedade kaiowá. Assim, analisando a planta do acampamento, foi possível identificar uma série de características próprias ao sistema kaiowá de disposição das moradias, cuja proximidade ou distância se dá de acordo com a intensidade da interação social. Os barracos formavam aglomerados, delineando o espaço ocupado pelo grupo de parentes próximos, que cooperavam entre si nas atividades cotidianas e compartilhavam seus momentos de ócio e lazer. Na língua guarani, são denominados de *jehuvy*, composto por certo número de fogos domésticos, aglomerados em torno da residência do casal principal (PEREIRA, 2004).

Para finalizar este tópico, é possível dizer que o assentamento de acampamento pode ser caracterizado como espaço social marcado por forte sentimento religioso e mobilização política. Nele, as famílias atualizam a memória das relações de aliança passadas, recompondo o sentimento de coletividade que, no passado, marcava a ocupação do espaço que agora buscam reaver. É uma experiência social de recomposição do sentimento de coletividade. No acampamento se atualizam formas organizacionais, rearticulando a comunidade política. A referência para essa atualização é buscada na memória de processos sociais vividos no passado, daí a importância dos velhos e dos xamãs, depositários dessas memórias. A tensão gerada pela iminência do despejo do local e pelo medo da violência é amenizada pela alegria de novamente conviver ao lado dos parentes e de lembrar a história dos antigos.

### Índios de corredor<sup>13</sup>

---

terem expropriado as terras antes ocupadas pelas comunidades kaiowá.

Durante a realização da pesquisa de campo, no mês de fevereiro 2006, nos deparamos com comunidades kaiowá que se autodenominam população de “corredor”<sup>14</sup>, fazendo referência ao fato de elegerem as margens da rodovia como lugar de seus atuais assentamentos. No caso, a área do assentamento é delimitada de um lado pela pista asfaltada onde circulam os veículos, e de outro pela cercas de arame, que delimitam as propriedades particulares. Nessa estreita faixa de terra, desapropriada pelo governo para segurança da rodovia e para realização de eventuais serviços de manutenção e ampliação, vive atualmente um significativo número de famílias kaiowá, em caráter provisório<sup>15</sup> ou permanente, como nos casos que passarei a descrever.

No dia 2 de fevereiro de 2006, nos dirigimos<sup>16</sup> à localidade de Prudêncio Thomaz, antiga Aroeira, situada às margens da rodovia BR 163, entre Rio Brilhante e Nova Alvorada. Eu já havia anteriormente localizado alguns índios idosos que conheciam a região dos contrafortes da serra de Maracaju, entre os municípios de Guia Lopes da Laguna, Sidrolândia e Maracaju, que deram conta da existência de alguns acampamentos de Kaiowá situados em margens de rodovias<sup>17</sup>.

Um Kaiowá de cerca de 50 anos de idade, que estava em Prudêncio Thomas visitando seu pai que lá reside, dispôs-se a nos acompanhar na viagem que realizamos pelos municípios de Rio Brilhante, Maracaju e Guia Lopes da Laguna. O índio que nos

---

<sup>13</sup> O levantamento em campo que embasou a redação deste tópico foi desenvolvido juntamente com o professor Jorge Eremites de Oliveira – UFGD, amigo e parceiro em diversos trabalhos. Assim, os dados e a forma de apresentação são frutos do permanente diálogo que mantemos em campo e na academia.

<sup>14</sup> O tema “índios de corredor” já foi tratado em um artigo publicado na revista *Tellus* da UCDB. Discuto aqui o mesmo material que embasou aquele artigo, só que no presente texto o tema se insere numa discussão mais ampla, envolvendo outras modalidades de assentamento, como a reserva e os acampamentos, tratados em partes anteriores deste artigo.

<sup>15</sup> As instalações em caráter provisório se dão para a venda de artesanato ou no caso de acampamentos coletivos de comunidades que estão reivindicando terras. No último caso, é comum que o acampamento fique em frente ou próximo à área reivindicada.

<sup>16</sup> O professor Jorge e eu.

<sup>17</sup> A primeira vez que tive notícias de grupamentos de famílias kaiowá vivendo nos municípios de Maracaju e Guia Lopes da Laguna foi em 2002, quando realizei um trabalho de campo na reserva de *Sucuri'y*. Na época, eu acompanhava os antropólogos Celso Shitoshi Aoki e Paz Grünberg. Na ocasião, não tivemos oportunidade de visitar tais acampamentos.

acompanhou havia antes conversado bastante com seu pai, de cerca de 80 anos, trocando detalhes sobre a história e a situação das famílias que iríamos tentar encontrar.

A cerca de 70 quilômetros da cidade de Maracaju, seguindo pela rodovia (MS 267) que liga Guia Lopes da Laguna àquele município, começamos a notar a presença de barracos indígenas dispostos ao longo das duas margens da rodovia. Fomos direto à casa de uma família antiga conhecida do nosso acompanhante indígena, localizada nas coordenadas geográficas aproximadas UTM 0619482L e 7624214N, com 391 metros de altitude em relação ao nível do mar. Ali encontramos um conjunto de cinco famílias agrupadas em ranchos próximos, compondo um aglomerado que os Kaiowá costumam denominar de *jehuvy* (“aqueles que se ajudam”), unido por relações de parentesco próximas, como atestamos nos diagramas de parentesco.

O local fica em terreno de declive acentuado, na decida da serra, com muitas curvas na estrada. O relevo acentuado e as áreas de mata ainda existentes nas margens da rodovia fazem com que a maior parte dos barracos não seja visível para quem passa na estrada. Segundo pudemos levantar em nossa curta pesquisa de campo, a população desses barracos, juntamente com outros dispostos ao longo de cerca de três quilômetros de margens da rodovia, são remanescentes de uma antiga aldeia kaiowá. De acordo com o relato de Juliana Lopes, 65, e de seu esposo, Valêncio Oliveira, 78, a antiga aldeia ocupava as terras da margem direita daquela altura da rodovia, no sentido Maracaju-Guia Lopes da Laguna.

As informações preliminares dão conta da existência de outras famílias além daquelas que visitamos e sobre as quais levantamos dados sobre relações de parentesco, história de vida e trajetória familiar. Essas famílias também compõem unidades de adensamento de relações de parentesco e outras formas de sociabilidade típicas da população kaiowá. Do ponto de vista da organização social, esses dados apontam para a composição de uma aldeia ou *tekoha*. As pessoas com mais de 60 anos que vivem no local narraram que a antiga aldeia era denominada na língua guarani *Itá Vera'i*, nome que tem sentido religioso, significando algo como “morro de resplandecência amena”.

No grupo familiar que visitamos, a senhora Juliana Lopes, de 65 anos, exerce a função de xamã. Depois da apresentação realizada pelo índio que nos acompanhava, bastante conversa e participação na roda de tereré, ela se sentiu mais segura em relação a nossa presença e fez questão de se vestir com sua indumentária religiosa (*ponchito*,



*jeguaká, mbaraká, mymby, penacho*<sup>18</sup>, colares, etc.) e rezou. O forte sentimento religioso desse grupo familiar tem conseguido manter sua coesão e alimentado a determinação em não deixar o local. Mas as dificuldades aos poucos parecem minar a resistência, e várias famílias abandonaram a beira da estrada no período recente.

A cerca de três quilômetros da casa de dona Juliana, vivia até poucos meses outro xamã, de nome Júlio. Ele é muito renomado entre as famílias do local, mas recentemente abandonou sua casa na margem da rodovia, segundo disseram devido às pressões que vinha sofrendo do proprietário da fazenda que fica em frente ao local onde residia. Isto porque o proprietário não consentia que Júlio continuasse a recolher lenha e água em sua fazenda. Júlio vive atualmente na reserva de *Sucuri'y*, situada a cerca de três quilômetros da cidade de Maracaju. Os Kaiowá de *Sucuri'y* sempre recorriam a Júlio para determinados tratamentos de saúde. Em *Sucuri'y*, conhecemos um Kaiowá que realizou a viagem de cerca de 80 quilômetros de *Sucuri'y* até a antiga residência de Júlio, transportando sua mulher na garupa da bicicleta para submetê-la a tratamento de saúde com esse xamã. Essa relação com *Sucuri'y* favoreceu que Júlio procurasse abrigo nessa reserva quando se tornou inviável a permanência nas proximidades da antiga aldeia.

Algumas famílias de *Ita Vera'i* reclamaram que foram desalojadas de áreas do corredor por famílias de "Sem Terra" que começaram a se estabelecer no local. Teriam inclusive perdido suas plantações e a partir daí deslocado suas residências para outros locais no próprio corredor, ou se mudado para a periferia de cidades da região.

Aconteceram ainda alguns casamentos interétnicos com regionais pobres que se instalaram no local. Algumas pessoas mais idosas reclamam que esses casamentos têm criado problemas de convivência entre as pessoas da comunidade, estimulando sua dispersão. Um dos casais nessa condição se mudou recentemente para a periferia da cidade de Maracaju, provavelmente devido a dificuldades de convivência.

Algumas mulheres estavam apavoradas, pois alegaram ter ouvido a notícia de que chegariam mais famílias de "Sem Terra" e que as famílias indígenas teriam de deixar de vez o local: "falaram para nós que o 'sem terra' vai invadir", disse uma delas. Como sabiam

---

<sup>18</sup> Pelo que eu tenho conhecimento, o penacho, na forma de um espanador, é instrumento religioso utilizado nos rituais de xamanismo terena. Encontrar esse elemento da cultura material de uso religioso em uma comunidade kaiowá parece indicar a existência de intercâmbio cultural entre as etnias Kaiowá e Terena. Esse intercâmbio seria facilitado pela proximidade geográfica de aldeias desses dois grupos étnicos. Tudo indica que, antes da chegada das frentes pioneiras de colonização agropecuária, a borda da serra de Maracaju servia como divisor natural dos territórios de ocupação tradicional terena e kaiowá, sendo provável que as aldeias situadas nessa faixa se influenciassem reciprocamente.

que nós éramos da universidade, pediram que tomássemos providências para evitar que isso acontecesse, e nós dissemos que a única coisa que poderíamos fazer seria comunicar o Ministério Público Federal, o que fizemos quando do nosso retorno a Dourados.

A narrativa da senhora Juliana enfatiza que o grupo de famílias de seus parentes ocupou por volta de 80 hectares da terra da aldeia até cerca de 20 anos atrás. A remoção das famílias teria ocorrido mais ou menos em 1986, sendo que seus primeiros netos nasceram no local<sup>19</sup>. A partir dessa época, o fazendeiro teria recomendado que eles saíssem de vez do local, pois iria cercar a terra até a margem da rodovia para expandir o pasto para o gado. As famílias então se recolheram à margem da rodovia, em frente à área que ocupavam.

Relataram ainda que a pressão do fazendeiro era para que abandonassem a região ou ficassem contidos na faixa desapropriada para a construção da estrada. Como consideravam que o espaço não era suficiente para a construção de seus barracos, eles insistiram em ocupar uma faixa um pouco mais larga, forçando a cerca a recuar por volta de 10 metros para dentro da propriedade. Nesse espaço, atualmente plantam mandioca, milho, plantas medicinais, batata, algodão indígena, cana, urucum, banana etc., e criam algumas galinhas. Além da faixa de terra ser muito estreita, o terreno, em sua maior parte, é muito rochoso, limitando o cultivo.

Por não disporem de terra suficiente para o cultivo de suas lavouras, as famílias dessa comunidade vivem em situação de extrema penúria. Também não contam com a devida assistência de instituições como FUNAI e FUNASA, assim como do programa de segurança alimentar. Vivem assim, em situação de quase completa invisibilidade social, contando apenas com o pagamento recebido por serviços temporários realizados em algumas fazendas e com a aposentadoria rural dos velhos.

A prefeitura de Guia Lopes da Laguna tem proporcionado ônibus para as crianças em idade escolar estudarem na cidade, mas elas não recebem um ensino diferenciado, como é garantia constitucional. Atualmente, a população se identifica para os regionais como sendo da “aldeia Corredor”, mas usa internamente a denominação original *Ita Vera'i*. O levantamento preliminar indica um número aproximado de 30 pessoas ainda morando no local, sendo que os homens entre 14 e 40 anos vivem num constante ir e vir

---

<sup>19</sup> É interessante notar que 1986 é justamente a data do despejo das famílias de *Sucuri'y*, hoje terra indígena homologada. Os conflitos envolvendo a movimentação dos índios em *Sucuri'y* deve ter chamado a atenção do proprietário da terra onde ficava a aldeia *Ita Vera'i*. Provavelmente ele providenciou que os índios saíssem de sua propriedade antes que eles também começassem a reivindicar o local, como estava acontecendo em *Sucuri'y*.

entre o corredor e as fazendas da região, onde trabalham como peões. No local do assentamento da aldeia, encontramos apenas mulheres, crianças e velhos.

Nessa viagem também identificamos outras famílias que se identificam como população de corredor, mas constituem figurações sociais distintas. Essas famílias vivem nas margens da mesma rodovia, mas no trecho que liga as cidades de Rio Brillante a Maracaju, nas coordenadas UTMS 0624450L e 7623969N. Nesse caso, as famílias se reconhecem como população flutuante, sem vínculo específico com nenhum território; apenas nunca se conformaram com a situação de reserva.

O tempo que permanecemos em campo foi insuficiente para aprofundar as histórias de vida dessas famílias. Serão necessários novos levantamentos para averiguar com precisão se de fato existem vínculos dessas famílias com a população de aldeias radicadas em reservas ou em outras localidades. De qualquer forma, parece que já vivem há várias décadas exclusivamente do trabalho nas fazendas. Nesse estilo de vida itinerante, deslocavam-se de uma fazenda a outra, até que o escasseamento da oferta de trabalho<sup>20</sup> levou essas famílias a se fixarem nos corredores. Foi possível identificar ainda que eles têm parentes vivendo na mesma condição em outros pontos de corredor, entre os quais circulam, periodicamente, para visitar familiares ou para procurar trabalho em outras regiões. É possível falar em redes de aliança entre populações de corredor.

Vilso Maciel, 40 anos, nasceu na reserva de Dourados, mas saiu do local ainda pequeno porque seu pai não gostava da maneira como o chefe de Posto e as lideranças do local impunham as leis para a população. A partir daí, viveram perambulando de fazenda em fazenda. Vilso já visitou *Sucuri'y*, mas segundo deu a entender, também não recebeu muito apoio das lideranças locais. São duas famílias, a de Viso e a de seu irmão Noirso. Cada uma delas é composta pelo casal e sete filhos, perfazendo um total de 18 pessoas, nesse assentamento de corredor. As esposas dos dois irmãos também são irmãs entre si. Esse tipo de casamento gera a duplicação de alianças e proporciona o grau máximo de proximidade social possível entre dois fogos domésticos, pois dois irmãos casam com duas irmãs. Casamentos desse tipo são freqüentes entre os Kaiowá, conforme registrei em minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 1999). O grupo de famílias liderado por Vilso mantém relações com outros grupos de famílias de corredor da região, como algumas que vivem próximas à cidade de Nova Alvorada, onde o sogro desses dois irmãos lidera um grupo de

---

<sup>20</sup> Devido aos inúmeros conflitos pela posse de terra envolvendo índios e fazendeiros, é cada vez mais difícil para essas famílias encontrarem fazendeiros dispostos a abrigá-los em suas fazendas. A dificuldade de permanecer nas fazendas e a diminuição dos trabalhos em que era empregada a mão-de-obra indígena, contribuem para o surgimento dos assentamentos de corredor.

oito pessoas, assentado no corredor da estrada do Alegrete, próximo à confluência com a BR 163.

O grupo de Vilso vive na mais completa penúria e recebe pressão por recolher lenha e água na fazenda vizinha. Ele relatou que tiveram sua plantação de mandioca destruída pelo arrendatário da fazenda, que arrou a área da margem da estrada por eles cultivada e plantou sorgo. Quando visitamos o local, a única coisa que as crianças dispunham para comer era manga que haviam conseguido numa propriedade próxima. As crianças não freqüentam escola, pois não dispõem de documentos, e aparentam ter problemas relacionados à desnutrição. Alguns documentos foram solicitados ao Núcleo de Apoio ao Índio da FUNAI em Dourados, já há muito tempo, quando pessoas desse grupo tiveram recursos para pagar a passagem até esta cidade. Mas como não tiveram mais recursos para voltar a Dourados, não têm conhecimento se os documentos foram confeccionados ou não.

Além da falta de documentos, Vilso reclama por não dispor de nem um “pedacinho de terra para plantar uma rama”, conforme relatou. Na verdade, não possuem nada, nem acesso a água e fogo, cuja ausência é sinal da mais completa penúria entre os Kaiowá. Do ponto de vista político, são situações que exigem ações de emergência das autoridades e instituições responsáveis pelo atendimento das populações indígenas. Em termos acadêmicos, falta ainda um melhor detalhamento da situação de famílias e comunidades vivendo em situação de corredor, lacuna para cuja superação esperamos contribuir com o andamento das pesquisas que estamos realizando.

### **Considerações finais**

O artigo procurou situar e discutir, mesmo que em linhas gerais, algumas características das principais modalidades de assentamento kaiowá, descrevendo ainda as formas organizacionais a elas associadas. Essas modalidades expressam ações criativas dos Kaiowá no sentido de buscarem a construção de alternativas através das quais possam

Levi Marques Pereira - Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais

assegurar algum espaço físico, em caráter permanente ou temporário, que lhes permita seguir reproduzindo suas figurações sociais. Para isto, mobilizam seus conhecimentos sobre a geografia do território e as formas de manejo dos recursos ambientais.

A parte inicial do texto enfatizou que em pouco mais de meio século a população das comunidades kaiowá passou por violento processo de desterritorialização. Nesta nova situação histórica, as comunidades foram sistematicamente desalojadas pelos proprietários que adquiriram, por compra junto ao estado de Mato Grosso, terras que eram consideradas como devolutas. Assim, a desterritorialização está ligada ao processo de expropriação da terra que atingiu diversas comunidades.

A partir das primeiras décadas do século XX, os Kaiowá perderam gradativamente a autonomia sobre o território de ocupação tradicional. Isto gerou sérios impasses para a continuidade da reprodução da sistemática de disposição das comunidades pelo território, que até então se dava de acordo com o formato de sua organização social e das redes de alianças políticas e religiosas. As novas modalidades de assentamento podem, em certos aspectos, ser consideradas como respostas adaptativas a essa nova realidade histórica. Entretanto, deve-se considerar também que os Kaiowá buscam não apenas se adaptar a essa realidade mas, na medida do possível, transformar essa mesma realidade, construindo uma condição mais favorável para a territorialização de suas comunidades.

Entre 1915 e 1928, o órgão indigenista oficial, SPI, demarcou nove pequenas áreas de terra, destinadas a abrigar a população Kaiowá e Guarani do sul do MS. Iniciou-se um processo induzido de reterritorialização de muitas comunidades kaiowá e guarani que, naquele momento, estavam sendo desalojadas de suas terras de ocupação tradicional pelas frentes de expansão agropecuária. Como espaço de reterritorialização, as reservas passam a desempenhar a função de *áreas de acomodação* de populações de várias comunidades.

O espaço social da reserva institui novas figurações sociais, com novos padrões demográficos, de manejo dos recursos e de relações políticas. A instauração das áreas de acomodação gera ainda um campo de atuação para inúmeras instituições governamentais de caráter administrativo e assistencial, além de um campo privilegiado para a ação missionária, principalmente de vertente protestante.

As ações do SPI e depois da FUNAI no sentido de conformar<sup>21</sup> a população kaiowá às áreas de acomodação nunca se efeturaram em sua plenitude. Resulta daí que, atualmente, além da população que vive nas reservas, existem famílias de Kaiowá em periferias de cidades do interior do MS, em acampamentos mobilizados para a reocupação

<sup>21</sup> No sentido de fazer com que assumam a forma organizacional que planeja implantar nas reservas.

da terra, e os ditos “índios de corredor”, enfocados na parte final do presente artigo. Embora tenham optado por viver fora das reservas, seguem sendo Kaiowá.

O conhecimento detalhado dessas novas modalidades de assentamento pode trazer elementos importantes para a compreensão das atuais formas organizacionais kaiowá. Pelo que foi possível notar na curta visita aos remanescentes da comunidade de “corredor” de *Ita Vera’i*, o valor atribuído às práticas religiosas tem sido um importante elemento de coesão das famílias. No entanto, a situação de corredor parece apresentar sérias limitações para o exercício das práticas religiosas e de outras formas de sociabilidade, aspectos que merecem maior detalhamento em pesquisas futuras. Já as formas de convivialidade desenvolvidas pelas famílias que também vivem em situação de corredor, mas que parecem não ter vínculos com nenhuma localidade específica, e por isso adotam um estilo de constante mobilidade espacial, vivendo do trabalho volante nas fazendas, também merecem maior detalhamento etnográfico.

Na situação descrita do acampamento da comunidade que reivindica a demarcação da terra indígena de *Guyraroká*, a memória das formas de sociabilidade aí desenvolvidas no período anterior à expulsão da comunidade e a ativação da lembrança das alianças políticas que configuravam a comunidade, parecem fundamentais para a recomposição das relações societárias e do sentimento de comunidade. No acampamento, existe ainda um forte sentimento de afirmação étnica, que se expressa principalmente na intensificação das atividades religiosas.

Situação diferente é encontrada entre as famílias que vivem em periferias de cidades, como no caso descrito da vila de Três Irmãs, no município de Vicentina. Das modalidades descritas, esta parece ser a que menos oportunidade apresenta para a reprodução do modo de ser kaiowá.

A descrição das características dessas modalidades de assentamento contribui para a compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização das populações kaiowá, em curso desde o final da Guerra do Paraguai, mas cuja incidência será maior a partir das primeiras décadas do século XX, quando perdem a hegemonia sobre o território. A abordagem comparativa dessas modalidades permite notar que o modelo de reserva, adotado pelo indigenismo oficial como estratégia de criar *áreas de acomodação* para a população de um grande número de comunidades, não conseguiu anular a tentativa de diversas comunidades de seguirem produzindo seu espaço social fora do espaço físico das reservas.

Os Kaiowá que passaram a viver nas reservas desenvolveram um estilo comportamental condizente com a forma organizacional instituída nessas *áreas de acomodação*. Neste espaço, a vida social passa a ser articulada em torno da presença de uma série de agências indigenistas, representadas principalmente pelas atividades missionárias, de escolarização e programas de incremento à produção, voltados para o atendimento de demandas do mercado. O Posto Indígena e o funcionário designado como seu Chefe passam a ocupar posição central no cenário político.

Assim, o estilo comportamental desenvolvido pela população kaiowá que passa a viver nas reservas se consolida como uma forma organizacional focada nos personagens políticos representados pelo Chefe do Posto e pelo Capitão. Isto faz com que muitas famílias que permaneceram fora desses espaços, quando são para aí deslocadas, encontrem sérias dificuldades em adequar sua conduta ao formato da figuração social da reserva. Decorrem daí dificuldades de convivência que parecem, na situação atual, levar os denominados “índios de fazenda” a preferirem as incertezas da condição de corredor ao estilo de conduta política implantado nas reservas. Do mesmo modo, segmentos de população de reserva têm se mobilizado para reaver territórios antes ocupados por comunidades kaiowá, dos quais foram desalojadas pela expropriação da terra, regularizada como propriedade particular.

Por fim, o conhecimento das modalidades de assentamento – como as de “corredor”, dos acampamentos e das periferias de cidades – é importante por dar visibilidade a segmentos da população kaiowá que vivem à margem de seus direitos sociais. Isto pode contribuir para a superação da tendência de centrar as ações governamentais unicamente na população “aldeiada” nas reservas. A análise aqui apresentada está focada em um número limitado de casos, entretanto situações semelhantes muito provavelmente são encontradas em diversos municípios de Mato Grosso do Sul. A situação atual dos Kaiowá que se recusam a viver nas reservas e passaram a desenvolver outras modalidades de assentamento, revela a face nefasta do desenvolvimento agropecuário em Mato Grosso do Sul, que excluiu o segmento indígena de seu planejamento.

## **Bibliografia**

BRAND, A. J.. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese (doutorado em História) – PUC/RS. Porto Alegre – RS, 1997.

BRAND, A. J.. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Dissertação (mestrado) – PUC/RS. Porto Alegre – RS, 1993.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v.1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

EREMITES, Jorge Oliveira & PEREIRA, Levi Marques. “*Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti*”. Justiça Federal – Campo Grande, MS, 2003.

PEREIRA, Levi M. “*Relatório de identificação da Terra Indígena Taquara*”. Município de Juti, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, mimeo, Brasília, 2005.

PEREIRA, Levi M. “*O pentecostalismo kaiowá: uma aproximação dos aspectos sociocosmológicos e históricos*” In: Wright, Robin (org.) *Transformando os Deuses*. Vol. II. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004a.

PEREIRA, Levi M. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. Tese de doutorado em Antropologia (etnologia). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP, 2004b.

PEREIRA, Levi M. “*O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS*”. In: *Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas*. NEPPI, ano 3, n. 4, Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

PEREIRA, Levi M. “*No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá*”. In: LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva (org.). *Crianças Indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

PEREIRA, Levi M. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1999.

SCHADEN, E. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. (1ª ed. 1954) 3ª. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.



Levi Marques Pereira - Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais

---

TOMAZ DE ALMEIDA, R. F.. O Projeto Kaiowá-Nandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Kaiowá-Nandeva contemporâneos de Mato Grosso do Sul. Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 1991.

Artigo recebido em 29/11/2006  
Artigo aprovado em 18/12/2006